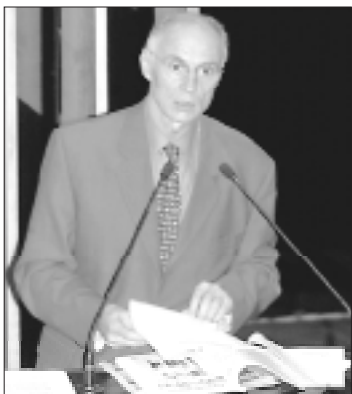


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.621 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2002



José Cruz

Plenário vota foro especial para ex-ocupantes de cargos públicos

Projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados tramita em regime de urgência e terá parecer apresentado hoje, antes da votação, pelo relator Romero Jucá. Atualmente, só contam com essa prerrogativa autoridades no exercício da função ou mandato.

Substitutivo a projeto de Suplicy obteve aprovação em primeiro turno na CAE

PÁGINA 2

CAE delibera em turno suplementar sobre Renda de Cidadania

PÁGINA 3

Mandato no Conselho de Comunicação Social irá até 2004

Congresso aprovou, após acordo de lideranças, definição da data de 5 de junho de 2004 para o término do mandato dos atuais conselheiros.

PÁGINA 3



Rosevelt Pinheiro

Plenário também deve deliberar sobre compensação financeira para estados que produzirem saldo positivo na sua balança comercial com o exterior



José Cruz

Senadores vão sabatinar Henrique Meirelles amanhã

O engenheiro e economista Henrique Meirelles, escolhido por Lula para presidir o Banco Central, será sabatinado amanhã à tarde na Comissão de Assuntos Econômicos. A seguir, a indicação deve ser votada pelos membros da comissão e, posteriormente, pelo Plenário. A CAE também ouve amanhã, mas às 10h, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a respeito do recente acordo com o FMI.

PÁGINA 3

Acordo prevê decisão final sobre Orçamento esta semana

Comissão de Orçamento terá nove reuniões extraordinárias esta semana para permitir cumprimento do cronograma acertado entre os líderes, que prevê votação da proposta orçamentária no Plenário do Congresso até sexta.

PÁGINA 3

CAE faz duas reuniões amanhã: a primeira para ouvir Malan, a outra para sabatinar Meirelles

Moreira destaca trabalhos da Casa na área do turismo



Moreira ressalta capacidade de criar empregos

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) destacou os trabalhos realizados na Casa sobre a indústria do turismo, além de ter prestado contas de sua atuação nessa área nos últimos anos. Para ele, mesmo sendo recente a concepção de turismo como cadeia produtiva que compõe uma indústria, o setor tem criado empregos, salários e tributos, além de entretenimento.

— É importante que o turismo seja visto como produto de exportação, pois traz divisas significativas para um país que tem necessitado gerar superávits em sua balança comercial — disse Moreira Mendes.

Segundo o senador, pouco se falava dessa indústria antes de ele “levantar esta bandeira”, que, como observou, está produzindo resultados positivos, com destaque para a instalação em 2001 da Subcomissão de Turismo, após a aprovação de requerimento seu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo da subcomissão é analisar o desenvolvimento e as potencialidades do setor no Brasil, bem como avaliar a política nacional de turismo.

Receita com turismo

No ano passado o Brasil recebeu 4,8 milhões de turistas, que deixaram no país US\$ 3,7 bilhões. Veja a receita obtida com a atividade turística nos últimos anos

Ano	Receita (em US\$ bilhões)
1997	2,6
1998	3,7
1999	4,0
2000	4,2
2001	3,7

Fonte: Embratur

Senado deverá votar foro especial para autoridades

Matéria consta da pauta da sessão de hoje e prevê que ex-presidentes, ex-ministros e ex-governadores sejam julgados em tribunais superiores

O projeto de lei da Câmara dos Deputados que garante julgamento em foro especial para ex-ocupantes de cargos públicos deverá ser votado hoje pelo Plenário do Senado. Atualmente, o foro especial beneficia autoridades no exercício da função ou mandato. Como a proposição está tramitando em regime de urgência, o relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), apre-



Paracer de Jucá será apresentado em Plenário

sentará seu parecer em Plenário. A matéria será discutida em turno único.

O projeto modifica o foro em que são julgados ex-presidentes da República, ex-ministros e ex-governadores acusados de improbidade administrativa. Em razão de terem ocupado cargos públicos, eles deixariam de ser julgados por juízes de primeira instância ou

pela Justiça comum. O julgamento, portanto, só poderia ocorrer em tribunais superiores.

O autor do projeto, deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), diz em favor da proposta que é necessário proteger aqueles que exerceram funções públicas, concedendo-lhes o benefício de responderem a processos diante dos mesmos tribunais em que teriam que se submeter caso ainda estivessem no exercício do cargo ou do mandato. “Trata-se de uma garantia e não de privilégio”, afirma.

Comissão para o recesso funciona a partir de amanhã

Ao presidir a sessão plenária de sexta-feira, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) comunicou a composição da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que irá funcionar de 17 de dezembro de 2002 a 14 de fevereiro de 2003, período de recesso parlamentar.

Na sessão deliberativa de sexta-feira, o presidente do Senado, Ramez Tebet, já havia comunicado e submetido à aprovação os nomes para integrar o colegiado. Como titulares, foram indicados os senadores Ramez Tebet (MS) e Renan Calheiros (AL), pelo PMDB; Edison Lobão (MA) e Mozarildo Cavalcanti (RR), pelo PFL; Geraldo Melo (RN), pelo bloco PSDB-PPB; Heloísa Helena (AL), pelo Bloco Oposição (PT-PPS); Arlindo Porto (MG) e Osmar Dias (PR), pelo bloco PTB-PDT-PSB-PL.

Tanto no Senado quanto na Câmara, cada partido ou bloco teve o direito de indicar suplentes em número correspondente ao de titulares.



Antero Paes de Barros e outros quatro senadores recebem medalha Mérito Tamandaré, durante solenidade realizada na sexta-feira

Senadores são agraciados com medalha da Marinha

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), José Jorge (PFL-PE), Maguito Vilela (PMDB-GO), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) receberam na sexta-feira, juntamente com outras autoridades, a medalha Mérito Tamandaré, concedida pela Marinha.

A cerimônia foi realizada no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, durante a comemoração do Dia do Marinheiro. A medalha destina-se a agradecer autoridades, instituições e personalidades civis e militares que tenham prestado relevantes serviços para fortalecimento das tradições da Marinha do Brasil. Também foi condecorado o senador eleito pelo PT de São Paulo Aloizio Mercadante.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC que altera a redação do artigo 84 do Código de Processo Penal, dispondo sobre foro especial de processo e julgamento a ex-autoridade; PLC que altera dispositivos da Lei nº 6.019/74, dispondo sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal, sobre destinação do salário-educação; votação, em primeiro turno, da PEC que cria compensação financeira, como parte da receita do Imposto de Importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social; PLS que altera a redação do parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 10.201/01, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); PLS que dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9.433/97, para alterar a destinação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e PDLs que autorizam exploração de serviço de radiodifusão; e requerimento do senador Lúcio Alcântara solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 90/99 com o PLC nº 54/02, por regularem a mesma matéria.

PREVISÃO

COMISSÕES

Terça-feira
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS que institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania.
10h — exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre balanço de sua gestão à frente da economia brasileira.

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios apresentados a projetos remanescentes de pautas anteriores.
12h, 14h, 16h e 18h — Apreciação de matérias em tramitação e do relatório da proposta orçamentária para 2003. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Após a ordem do dia — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: sabatina de Henrique Meirelles, indicado pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar a presidência do Banco Central. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Quarta-feira
10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
10h, 12h, 14h, 16h e 18h — Apreciação do relatório final da proposta orçamentária para 2003. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Renda Básica de Cidadania terá turno suplementar de votação

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã para votar, em turno suplementar, iniciativa que permitirá a todos os brasileiros, a partir de 2005, receber mensalmente benefício monetário destinado a cobrir despesas mínimas com alimentação, educação e saúde.

Será votado substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a renda básica para brasileiros e estrangeiros que morem no Brasil há pelo menos cinco anos. Conforme o texto, caberá ao Executivo definir o valor a



Francelino Pereira é autor de substitutivo ao projeto de renda básica

ser pago, levando-se em conta o desenvolvimento do país, as possibilidades orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CÂMARA

O projeto foi votado no dia 10. Se aprovado em turno suplementar, seguirá diretamente para a Câmara, a menos que haja recurso para ser examinado em Plenário. Pela proposta, o pagamento do benefício terá início pela população que se encontra abaixo da linha de pobreza. Cumprida essa etapa, a Renda Básica de Cidadania será estendida, gradualmente, aos demais cidadãos, inclusive aos mais ricos, desde que existam fontes de receita disponíveis.

Mandato dos conselheiros de comunicação vai até 2004

Acordo entre os líderes partidários na Câmara e Senado garantiu a aprovação, pelo Congresso, de projeto de decreto legislativo que estendeu o mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social (CCS) até 5 de junho de 2004. A proposta também define que as próximas eleições para escolha de conselheiros serão feitas em sessão conjunta do Congresso, por meio de votação secreta.

Na eleição dos atuais membros, em junho passado, havia sido estabelecido que os conselheiros cumpririam mandato tampão até 31 de março de 2003, mas a determinação estava em desacordo com a lei de criação do conselho, que fixa o mandato em dois anos, permitindo uma recondução.

Além disso, com a instalação do CCS, os trabalhos desenvolvidos demonstraram que um mandato maior seria necessário. Assim, chegou-se à conclusão de que a solução seria a apresentação de decreto legislativo. A proposta foi redigida na Secretaria Geral da Mesa do Senado.

A partir daí, o presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, representante da sociedade civil, entrou em contato com o presidente do Senado, Ramez Tebet, e com o

presidente da Câmara, Aécio Neves, e ligou para todos os líderes partidários para viabilizar a votação da proposta.

LOUVOR

Como forma de reconhecimento ao trabalho realizado, Cavalcanti propôs e o CCS aprovou por unanimidade voto de louvor à participação do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, e da secretária do conselho, Márcia Lyra Nascimento Egg. Os conselheiros estenderam o voto ao senador Carlos Wilson (PTB-PE) e aos deputados Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL, e Walter Pinheiro (PT-BA).

— Sem a participação de Raimundo Carreiro e de Márcia Lyra, a aprovação não seria possível. Isso era algo que nos preocupava e terminou bem — afirmou o presidente do conselho na última reunião. “Vi como é possível obter sucesso, em um curto espaço de tempo, quando há pessoas obstinadas”, declarou o conselheiro Roberto Wagner Monteiro, representante das empresas de televisão. Os conselheiros Francelino Pereira da Silva, representante dos radialistas, e Benice Bezerra, representante dos artistas, também destacaram o trabalho dos servidores do Senado.

Senadores sabatinam Meirelles e ouvem Malan

Comissão de Assuntos Econômicos recebe amanhã o indicado para presidir o Banco Central e o ministro da Fazenda

Ex-presidente mundial do BankBoston, Henrique Meirelles, escolhido pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar a presidência do Banco Central, será sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã à tarde, em reunião extraordinária a ser realizada depois da ordem do dia. A indicação será votada pelos membros da CAE e depois submetida ao Plenário do Senado.

Também amanhã, a partir das 10h, os senadores da CAE ouvem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o último acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Engenheiro e economista, Henrique Meirelles foi eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás, mas terá de abrir mão do mandato para presidir o BC. Se ele tiver o nome aprovado pelo Senado deverá receber o diploma de deputado no dia 19 e, em seguida, renunciar. A



O nome de Henrique Meirelles deve ser aprovado pela CAE e pelo Plenário do Senado

Constituição não permite que deputados ou senadores exerçam cargo, função ou emprego remunerado em empresa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

Os deputados e senadores somente podem licenciar-se do cargo para exercer outro cargo se for o de ministro ou secretário de Estado ou chefe de missão diplomática temporária. Outra opção de Henrique Meirelles é informar à Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás sua

desistência do mandato. Neste caso ele nem seria diplomado.

Embora a escolha de Meirelles tenha sido feita por Lula, a indicação formal ao Senado, nos termos da Constituição, partiu do presidente Fernando Henrique Cardoso, e deu-se em função do acordo entre o atual e o futuro governo para tornar tranquilo o período de transição. A escolha do nome para o BC vinha sendo cobrada por alguns políticos. Eles se diziam preocupados com a possibilidade de o mercado especular com suposta dificuldade do PT em encontrar alguém adequado para o cargo.

BALANÇO

Além de detalhar o acordo firmado com o FMI, o ministro Pedro Malan deverá fazer um balanço de sua gestão. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que requiera ao Ministério da Fazenda os documentos que embasam o acordo com o FMI, para que os membros da CAE possam estudá-los antes da audiência.

Orçamento deve ser votado até sexta

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) convocou nove reuniões extraordinárias para esta semana, como forma de garantir a votação do relatório final do senador Sérgio Machado (PMDB-CE), relator-geral do Orçamento de 2003, dentro do prazo acertado entre as lideranças partidárias. O acordo prevê a conclusão dos trabalhos da comissão e a votação da matéria no Plenário do Congresso Nacional até sexta-feira, dia 20.

As reuniões para discutir o texto final do relator foram concentradas em dois dias. Amanhã serão quatro convocações seguidas: às 12h, às 14h, às 16h e às 18h. Na quarta-feira, foram mantidos os mesmos horários com o acréscimo de uma reunião marcada para as 10h.

A razão para essa programação é o cumprimento da Resolução nº 1 do Congresso Nacional de 2001, que determina prazo de três dias úteis para a convocação das reuniões destinadas a



Sérgio Machado finalizou na sexta-feira entendimentos com bancadas estaduais

apreciar os pareceres finais dos projetos de lei orçamentária anual, das leis de diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual (PPA). Desse modo, se houver algum problema de quórum em uma das reuniões, haverá outra seguida, já convocada dentro do prazo regimental, para não haver interrupção dos trabalhos da comissão.

ENTENDIMENTO

O senador Sérgio Machado finalizou na sexta-feira os entendimentos com as bancadas esta-

duais, com o intuito de negociar os últimos acertos que fará para acomodar os pleitos não atendidos nos relatórios setoriais. Por um acordo de lideranças, ficou acertado que os relatores das dez áreas temáticas rejeitariam os destaques e encaminhariam os pedidos ao relator-geral com a recomendação de que fossem acolhidos. Machado deve entregar hoje o seu relatório.

A Comissão Mista de Orçamento marcou, ainda, uma reunião ordinária para amanhã, às 10h. Por enquanto, são dois itens previstos na pauta. O primeiro propõe a autorização para voltar a liberar recursos públicos federais para as obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Salvador, suspensos em função dos índices de irregularidades apontados em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). O segundo trata da aprovação das contas do governo federal relativas ao exercício de 2001.

Lúdio quer regulamentação do emprego de transgênicos

Senador adverte que uso indiscriminado de espécies geneticamente modificadas, bem como de hormônios, prejudica a atividade rural

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu, na sexta-feira, a regulamentação de práticas que “estão causando transtornos à agricultura e à pecuária”, como o uso de transgênicos e de hormônios estimulantes do crescimento.

Segundo o senador, “em toda parte estão plantando transgênicos”, o que é proibido. Ele observou que quem respeita a lei não planta.

— Não podemos ir contra uma evolução fantástica da ciência. Aqui, estamos fingindo que é proibido plantar transgênicos e que não usamos transgênicos — destacou Lúdio Coelho, acrescentando que os transgênicos já são utilizados em grande parte do mundo.

Ele também afirmou que o uso de hormônios na pecuária já está disseminado pelo mundo todo. “Sabemos que quase todo mundo usa. Eu não uso porque sou sena-



Lúdio Coelho disse que a agricultura é o setor da economia que mais se desenvolve no país

— Não posso transgredir a lei”, frisou.

Lúdio Coelho acrescentou que o setor agrícola é o que mais se tem desenvolvido ultimamente no país. O senador relacionou os problemas enfrentados pelos agricultores, como dificuldade de crédito, falta de subsídios e má condição das estradas, destacando que, ainda assim, os produtores rurais conseguem ser competitivos.

Mozarildo destaca crítica a demarcação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou em Plenário, na sexta-feira, críticas feitas por três associações de representação indígena ao processo de demarcação de terras em Roraima. O parlamentar leu manifestos envi-



Mozarildo Cavalcanti leu manifesto contra reservas em Roraima

dos a ele e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva pelas entidades, “insatisfeitas” com a transformação em área contínua do território indígena Raposa-Serra do Sol, na fronteira com a Venezuela e a

Guiana. O documento também faz crítica à indicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) para receber o prêmio de Direitos Humanos, a ser entregue pelo presidente da República.

As entidades Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima (Arikom) e Aliança de Integração e Desenvolvimento das

Comunidades Indígenas de Roraima (Alidcir) acusam o CIR de “insuflar e treinar” os índios para invadir fazendas, roubar gado e depredar propriedades e patrimônios públicos. E advertem para a deflagração de um conflito indígena “gigantesco e sangrento”, se a CIR promover invasões e concretizar ameaças de expulsão e agressão nas áreas indígenas que contestam sua liderança.

“Se a área indígena Raposa-Serra do Sol for demarcada de modo contínuo, vai haver uma inevitável guerra entre nós”, alertam as entidades citadas pelo senador.

Nabor Júnior lamenta morte do sertanista Orlando Villas Bôas

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lamentou na sexta-feira, em discurso no Plenário, a morte do sertanista Orlando Villas Bôas, ocorrida na última quinta-feira, em São Paulo, após um longo período de enfermidade.



Nabor também lastimou acidente sofrido por Evandro Lins e Silva

Para Nabor Júnior, Orlando Villas Bôas foi figura de destaque nacional e internacional, firmando-se como um dos maiores defensores da causa indígena no Brasil.

Orlando iniciou sua carreira como sertanista ao lado do marechal Cândido Rondon, com quem lutou pela criação do Parque Nacional do Xingu, destinado à preservação dos povos e da cultura indígena.

Convidado com frequência a fazer palestras em diversos países sobre o índio brasileiro, Orlando Villas Bôas falava várias línguas e dialetos indígenas, dedicando toda sua vida à defesa daqueles povos, disse o senador. Ele fez da atividade de sertanista

“um verdadeiro sacerdotício” e ao longo de seu trabalho na selva foi vítima de inúmeras doenças, afirmou Nabor Júnior.

— Só malária, ele a contraiu por mais de 200 vezes — destacou.

LINS E SILVA

O senador lamentou, ainda, o acidente de que foi vítima, na última quinta-feira, o jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva, ao cair de uma escada no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, sofrendo traumatismo craniano. Lins e Silva acabava de retornar de Brasília, onde participara de uma solenidade no Palácio do Planalto.

O senador ressaltou que o ex-ministro conquistou notoriedade não só pelo conhecimento jurídico, mas também pela intransigente defesa dos direitos humanos. E fez votos pelo pronto restabelecimento do jurista, que está com 90 anos de idade.

Obra maior foi Parque do Xingu

Orlando Villas Bôas nasceu em 1914 numa fazenda de café no interior de São Paulo. Ao lado dos irmãos Cláudio, Leonardo e Álvaro, foi um dos mais importantes sertanistas e indigenistas do Brasil. Foi líder da expedição Roncador-Xingu, criada em 1943 pelo governo federal para desbravar áreas desconhecidas no Centro-Oeste e na Amazônia. Por meio dela, os quatro irmãos entraram em contato com mais de uma dezena de povos indígenas, entre eles os xavantes, jurinas, kayabis e kayapós.

Ao lado do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o antropólogo Darcy Ribeiro e o sanitarista Noel Nutels, Orlando fundou o Parque Nacional do Xingu, em 1961. Com a mulher Marina, o sertanista morou na reserva até 1970. Pelo trabalho com as comunidades do Xingu, Orlando foi duas vezes indicado, juntamente com seu irmão Cláudio, ao Prêmio Nobel da Paz. Autor de dez livros sobre os índios, aposentou-se em 1978, mas não abandonou o trabalho na Fundação Nacional do Índio (Funai), o que só veio a ocorrer no início de 2000.

Alcântara elogia conferência sobre desigualdades

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a reunião, na última quinta e sexta-feira, em Fortaleza, de especialistas do mundo todo para debater a questão das desigualdades regionais no Brasil, levando em conta as experiências internacionais sobre o assunto.

Ele observou que a Conferência sobre Desenvolvimento Regional e Investimento Estrangeiro Direto realizou-se no momento em que são discutidas alternativas para o

chamado modelo neoliberal, predominante nas últimas duas décadas. Para o senador, o neoliberalismo trouxe dificuldades para os países emergentes e fez ressurgir a tese de que o Estado deve voltar a desempenhar papel de destaque no processo de desenvolvimento.

A conferência, informou Alcântara, teve o patrocínio da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD),

a seu ver uma das mais respeitadas organizações internacionais, que tem sede em Paris. O governo do Ceará e o Banco do Nordeste (BNB) também apoiaram o evento, que contou com a colaboração do Banco Mundial e de outras organizações multilaterais, observou.

— O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva já evidencia a prioridade que dispensará às questões regionais no Brasil, traduzi-

da na revitalização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que passará a ter vinculação direta com a Presidência da República. Hoje, o papel do Estado no processo de desenvolvimento está sendo cada vez mais reabilitado — salientou.



Lúcio Alcântara disse que neoliberalismo trouxe dificuldades